

HABEAS CORPUS Nº 493.340 - RJ (2019/0042134-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
YONE CORTES DE CASTRO MANSO - RJ041915
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARCELO VINICIUS TAVARES FACANHA ASSUNCAO
GOES (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MARCELO VINÍCIUS TAVARES FAÇANHA ASSUNÇÃO GÓES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0070395-85.2018.8.19.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 11/01/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de drogas) e art. 16 da Lei 10.826/03 (porte irregular de arma de fogo de uso restrito), em concurso material. Referida custódia foi convertida em prisão preventiva fls. 63/65.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. Artigos 33, caput, e 35, ambos da Lei 11.343/06, e 16, da Lei 10.826/03, em cúmulo material.

Paciente preso em flagrante, junto com outros dois comparsas, há mais de quatro meses, com 685g de maconha e 33g de cocaína, bem como uma arma calibre 9.mm, com um carregador e seis munições, e três rádios comunicadores. Decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva. Relaxamento. Excesso de prazo.

Em sede de processo penal, os prazos não devem ser o resultado de mera soma aritmética, mostrando-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade, para definir o excesso de prazo da prisão nos tempos modernos.

O excesso de prazo que configura constrangimento ilegal é aquele causado pela inércia do Juízo, ao não dar andamento célere ao processo quando é possível fazê-lo, hipótese que não ocorre. No caso, em 19/12/2018 foi reiterada a notificação do ora Paciente para apresentar a sua Defesa Prévia, conforme andamento do Processo originário nº

0184037-33.2018.8.19.0001.

ORDEM DENEGADA.

No presente *writ*, a impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva, sob a alegação de excesso de prazo, tendo em vista que o paciente estaria custodiado há mais de 6 (seis) meses, sem que houvesse o término da instrução criminal. Aponta a afronta ao princípio da razoável duração do processo.

Pleiteia, assim, em liminar e no mérito, a determinação da imediata soltura do acusado, a fim de que ele possa responder em liberdade até o término da ação penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

